

1º SIMULADO

SEFAZ DF

ESTILO CESPE



Estratégia
CONCURSOS



Simulado Especial

1º Simulado SEFAZ-DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do SEFAZ-DF;
- 2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas certo/errado
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-Cespe-12-10>

01 – C E	33 – C E	65 – C E	97 – C E	129 – C E
02 – C E	34 – C E	66 – C E	98 – C E	130 – C E
03 – C E	35 – C E	67 – C E	99 – C E	131 – C E
04 – C E	36 – C E	68 – C E	100 – C E	132 – C E
05 – C E	37 – C E	69 – C E	101 – C E	133 – C E
06 – C E	38 – C E	70 – C E	102 – C E	134 – C E
07 – C E	39 – C E	71 – C E	103 – C E	135 – C E
08 – C E	40 – C E	72 – C E	104 – C E	136 – C E
09 – C E	41 – C E	73 – C E	105 – C E	137 – C E
10 – C E	42 – C E	74 – C E	106 – C E	138 – C E
11 – C E	43 – C E	75 – C E	107 – C E	139 – C E
12 – C E	44 – C E	76 – C E	108 – C E	140 – C E
13 – C E	45 – C E	77 – C E	109 – C E	141 – C E
14 – C E	46 – C E	78 – C E	110 – C E	142 – C E
15 – C E	47 – C E	79 – C E	111 – C E	143 – C E
16 – C E	48 – C E	80 – C E	112 – C E	144 – C E
17 – C E	49 – C E	81 – C E	113 – C E	145 – C E
18 – C E	50 – C E	82 – C E	114 – C E	146 – C E
19 – C E	51 – C E	83 – C E	115 – C E	147 – C E
20 – C E	52 – C E	84 – C E	116 – C E	148 – C E
21 – C E	53 – C E	85 – C E	117 – C E	149 – C E
22 – C E	54 – C E	86 – C E	118 – C E	150 – C E
23 – C E	55 – C E	87 – C E	119 – C E	151 – C E
24 – C E	56 – C E	88 – C E	120 – C E	152 – C E
25 – C E	57 – C E	89 – C E	121 – C E	153 – C E
26 – C E	58 – C E	90 – C E	122 – C E	154 – C E
27 – C E	59 – C E	91 – C E	123 – C E	155 – C E
28 – C E	60 – C E	92 – C E	124 – C E	156 – C E
29 – C E	61 – C E	93 – C E	125 – C E	157 – C E
30 – C E	62 – C E	94 – C E	126 – C E	158 – C E
31 – C E	63 – C E	95 – C E	127 – C E	159 – C E
32 – C E	64 – C E	96 – C E	128 – C E	160 – C E

PORTUGUÊS

O futuro das cidades

Em artigo publicado na imprensa brasileira, o representante regional para a América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos disse que um dos principais desafios da humanidade atualmente é construir centros urbanos onde haja convivência sem discriminação.

Segundo ele, é preciso definir uma agenda urbana global porque, em 2050, 75% da população mundial estará concentrada nas cidades e boa parte dessa população viverá constricta em bairros marginais, sem condições mínimas de vida.

Embora a cúpula da ONU sobre moradia e urbanismo, Istambul, 1996, tenha apresentado uma visão de cidades sustentáveis, ela fracassou ao não ter integrado uma perspectiva de direitos humanos. Portanto, os compromissos assumidos na ocasião viraram letra morta.

Dois décadas mais tarde, face a uma enorme desigualdade, os direitos humanos voltam à discussão. Desta vez, os estados têm a responsabilidade histórica de mostrar seu compromisso na matéria. Para atingir esse objetivo, é preciso definir normas de direitos humanos e princípios de participação, transparência e prestação de contas, bem como não discriminação e respeito à diversidade. Só assim seremos capazes de planejar espaços em que as pessoas desfrutem do direito a viver sem discriminação, sejam homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, migrantes, indígenas, afrodescendentes, LGBTI, com deficiência e outros.

Por conseguinte, é preciso projetar cidades seguras, em que a ordem e a segurança cidadã convivam com a liberdade de expressão e a manifestação pacífica; e em que seja possível convergir em atividades sociais e culturais sem suspeição ou susceptibilidade a políticas de limpeza social.

Aproveitando o impulso, os governos da América do Sul devem assumir o compromisso de construir as cidades do futuro onde seus povos vivam livres de penúrias e possamos exercer nossos direitos em igualdade de condições. Só assim seremos capazes de alcançar o maior objetivo da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás.

INCALCATERRA, Amerigo. 29/09/2016. ONUBR. Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-o-futuro-das-cidades.>> Acesso em: 10 fev. 2018. Adaptado.

01. Infere-se do texto uma visão pessimista do autor a respeito do futuro das cidades.
02. Entende-se do texto que uma verdadeira política de discriminação social é o principal aspecto a ser considerado na construção de uma agenda urbana global.
03. O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo.
04. O emprego dos verbos no segmento “onde seus povos vivam livres de penúrias e possamos exercer nossos direitos em igualdade de condições” (6º parágrafo) indica que o autor se inclui nos povos que possam exercer seus direitos em igualdade de condições, mas não naqueles que vivam livres de penúrias.

05. A reescrita do 3º parágrafo com correção gramatical e coerência argumentativa se encontra da seguinte forma: A cúpula da ONU sobre moradia e urbanismo, Istambul, 1996, apresentara uma visão de cidades sustentáveis, porém ela fracassou ao não ter integrado uma perspectiva de direitos humanos. Por conseguinte, os compromissos assumidos na ocasião não se concretizaram.

06. A oração “definir uma agenda urbana global” (2º parágrafo) tem a função de qualificar o adjetivo que a antecede: “preciso” (2º parágrafo).

07. O vocábulo “constricta” (2º parágrafo) está sendo empregado no sentido de **constrangida, forçada**.

08. No 5º parágrafo, a exclusão do sinal de ponto e vírgula antes da conjunção “e” mantém a correção gramatical, embora o trecho perca em clareza.

09. O emprego do sinal indicativo de crase em “à discussão” e “à diversidade” (4º parágrafo) ocorreu por regência verbal e nominal, respectivamente.

10. No segundo parágrafo, o conectivo “Segundo” pode ser substituído por **Consoante**, bem como “porque” pode ser substituído por **porquanto**.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Acerca de aspectos políticos, econômicos e urbanos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os itens a seguir, conforme a Lei Complementar n.º 94/1998 e suas alterações e Decreto Federal nº 7.469/2011.

11. A RIDE-DF compõe-se, além do Distrito Federal, dos estados e de municípios de Minas Gerais e Goiás.
12. Brasília é o centro da aglomeração da RIDE-DF, polarizando o entorno, para onde convergem diariamente uma grande quantidade de pessoas para trabalharem e/ou acessarem algum serviço público ou privado.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13. O consumerismo é a versão atual ou mais moderna da Nova Gestão Pública (ou NPM), entra a noção de tratamento não somente como “cliente”, mas como cidadão – uma noção mais ampla do que a de cliente, com direitos e deveres.

- 14.** As características principais da Burocracia são: a profissionalização, a impessoalidade e a informalidade.
- 15.** As políticas de compliance estão diretamente relacionadas à governança corporativa e à integridade e a ética.
- 16.** Uma barreira do processo de comunicação é a filtragem. Isto ocorre quando uma pessoa não quer dar uma má notícia ao seu superior ou só quer dizer e ele o que ele quer ouvir.
- 17.** O conceito de governança um conceito ligado ao próprio exercício do poder e às condições materiais e sistêmicas que devem existir para que um governo consiga exercer suas funções.
- 18.** A accountability horizontal é relacionada com o controle e prestação de contas que ocorre quando um poder ou órgão fiscaliza o outro.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 19.** De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o preço líquido de venda é uma base de mensuração do ativo a valor de saída, observável no mercado e específica à entidade.
- 20.** Durante o mês de setembro de 2019, ocorreram as seguintes transações em uma autarquia pública:
- Alienação de uma ambulância por R\$ 45.000,00, com ganho de R\$ 10.000,00.
 - Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 50.000,00.
 - Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 15.000,00.
 - Reconhecimento da amortização do ativo intangível no valor de R\$ 10.000,00.
 - Utilização de material de consumo no valor de R\$ 45.000,00.
 - Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 15.000,00.
 - Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 20.000,00.

Com base nessas informações, pode-se afirmar que o total das variações patrimoniais qualitativas foi de R\$ 85.000,00.

- 21. Situação hipotética:** Determinado município adquiriu resmas de papel A4 por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico para seu consumo interno. **Assertiva:** Esse estoque de resmas deve ser mensurado pelo seu valor realizável líquido se este for maior do que o seu custo, nos termos da NBC TSP 04 – Estoques.

- 22. Situação hipotética:** Considere o recebimento de IPTU por um ente público municipal. **Assertiva:** A receita decorrente do recebimento de IPTU é classificada como receita corrente, derivada, efetiva e decorre de uma transação sem contraprestação.

- 23.** Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma entidade do setor público, nos termos da NBC TSP 12, os pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades, os recebimentos de caixa decorrentes de royalties e o caixa recebido proveniente da emissão de debêntures são classificados, respectivamente, como fluxos de caixa das atividades de investimentos, operacionais e de financiamentos.

- 24.** Uma entidade do setor público adquiriu, em 31/10/2018, uma ambulância no valor de R\$ 100.000,00. A vida útil econômica e valor residual da ambulância, nessa mesma data, foram estimados, respectivamente, em 7 anos e R\$ 16.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o linear (quotas constantes). Com base nessas informações, pode-se afirmar que o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 2018 referente à ambulância adquirida em 31/10/2018 foi de R\$ 3.000,00.

Utilize as informações a seguir para responder às questões **25** e **26**.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de março de 2019, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado município:

- Arrecadação de Receitas de Impostos (IPTU) no valor de R\$ 40.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de janeiro de 2019.
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 1.000.000,00.
- Lançamento de Receitas Patrimoniais (aluguéis) no valor de R\$ 2.000.000,00 referente à competência de março de 2019. Essas receitas foram arrecadadas em abril de 2019.
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 3.000.000,00 com vencimento em dezembro de 2019.
- Pagamento de R\$ 100.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de equipamentos. Esses equipamentos foram entregues e a despesa foi liquidada em fevereiro de 2019 pelo valor total da nota de empenho emitida em janeiro de 2019.
- Pagamento, no valor de R\$ 500.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2018 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R\$ 150.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.

- Liquidação de despesa, no valor de R\$ 120.000,00, referente à aquisição de mobiliário para as dependências da prefeitura. A nota de empenho foi emitida em fevereiro de 2019 e a despesa foi paga em abril de 2019 pelo valor total do empenho.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 15.000.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 50.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para consultoria na área tributária. A despesa foi liquidada e paga em abril de 2019 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 200.000,00, referente à aquisição de materiais e equipamentos permanentes para a secretaria de obras. A despesa foi liquidada e paga em abril de 2019 pelo valor total do empenho.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 50.000,00.

25. O impacto das transações ocorridas no mês de março de 2019, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2019, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, foi um superávit de R\$ 25.550.000,00

26. O impacto das transações ocorridas no mês de março de 2019, tomadas em conjunto, no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2019, obtido na forma disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) foi uma diminuição de R\$ 12.120.000,00.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Tomando por base os entendimentos do Supremo Tribunal Federal, julgue os quatro itens a seguir:

27. Situação hipotética: Guilherme Neves, titular do cargo efetivo de fiscal tributário do município Vale da Coruja, está há 7 anos sem qualquer alteração ou revisão geral em sua remuneração. **Assertiva:** O servidor faz jus à indenização devido ao não encaminhamento de Projeto de Lei de revisão anual pelo prefeito municipal.

28. Como exceção ao disposto no artigo 37, § 6º, da Magna Carta, tratando-se de dano causado a terceiros por atos dos tabeliães, no exercício de suas funções, a responsabilidade do Estado demandará a prova de culpa ou dolo do notário, visto que a hipótese se amolda à teoria da culpa do serviço.

29. Situação hipotética: Luís Eduardo, maquinista no metrô de uma unidade da federação, acelerou o veículo com a intenção de derrubar sua esposa, Rosivalda, que se encontrava dentro do

vagão naquele dia. **Assertiva:** Mesmo tendo agido com dolo, Luís Eduardo será parte ilegítima na ação de indenização de danos ajuizada por Rosiléia contra a concessionária de serviço público.

30. É imprescindível a autorização legislativa para alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Julgue os itens abaixo de acordo com as regras previstas na Lei 8.666/1993.

31. Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que respeitado o patamar máximo de 25% sobre o preço dos produtos estrangeiros, a qual pode ser estendida, total ou parcialmente, aos países do Mercosul.

32. É dispensável a licitação para celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações da sociedade civil de interesse público, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no termo de parceria.

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item a seguir:

33. A utilização de meios indiretos de coerção diz respeito à exigibilidade dos atos administrativos.

34. Ao realizar o lançamento do crédito tributário, a autoridade poderá valorar o motivo e objeto do respectivo ato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue a afirmativa abaixo, considerando as normas relativas aos direitos sociais, dispostas na Constituição Federal:

35. Os direitos sociais do arts. 6º, CF/88, são considerados normas programáticas e, portanto, possuem aplicabilidade mediata e reduzida. A presença de normas programáticas na Constituição Federal de 1988 nos permite classificá-la como uma Constituição dirigente.

Julgue os próximos itens, considerando o que dispõe a Constituição e a jurisprudência pátrias acerca dos direitos individuais e coletivos.

36. As entidades associativas, ao representar seus filiados judicial e extrajudicialmente estarão, em regra, lançando mão do instituto da representação processual. Para que possam atuar em representação processual, as associações dependem da autorização expressa dos seus filiados.

37. Determinada autoridade imputou sanção administrativa a empresa que violara norma de defesa do consumidor. Contra essa decisão, cabe recurso administrativo com efeito suspensivo, motivo pelo qual não será possível à empresa impetrar mandado de segurança.

Julgue as assertivas abaixo, considerando o que determina a CF/88 a respeito da organização do Estado brasileiro:

38. A Constituição Federal determina que, para verificar se o Distrito Federal possui competência para legislar sobre determinada matéria, basta conferir o rol de atribuições reservadas aos Estados e aos Municípios que, somadas, correspondem ao conjunto de competências legislativas do referido ente.

39. Legislar sobre consórcios e sorteios é competência privativa da União. Assim, para que o Distrito Federal possa legislar sobre o assunto, será necessária a edição de lei complementar da União, contendo autorização específica ao ente mencionado para tratar do tema.

Em relação ao que dispõe a CF/88 sobre a administração pública, julgue os itens seguintes:

40. Os vencimentos pagos aos agentes públicos em geral, dos Poderes Legislativo e Judiciário, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

41. É admitida a acumulação de proventos de aposentadoria pelo RPPS com a remuneração de mandato eletivo ou de cargo em comissão.

No que diz respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito, julgue o item que se segue:

42. O princípio da colegialidade, que deve ser respeitado no âmbito das deliberações das CPIs, não se aplica ao procedimento previsto para sua instalação.

DIREITO CIVIL

43. É válida a declaração de vontade expressa em documento autêntico, também chamado "testamento vital", em que a pessoa estabelece disposições sobre o tipo de tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar a sua vontade.

44. Mesmo no caso de pessoas públicas, o âmbito de proteção dos direitos da personalidade não se vê diminuído, sendo inadmitida a divulgação de informações negativas aptas a mudar o juízo dos eleitores sobre o caráter do candidato.

45. A Ordem dos Advogados do Brasil é uma autarquia pública federal, com estrutura de direito privado.

46. Pode o fiador celebrar contrato de fiança com o credor do afiançado, sem que este sequer conheça da fiança. No entanto, a fiança não pode ser celebrada com oposição do afiançado.

DIREITO EMPRESARIAL

47. Ricardo Mc Donald's inicia uma empresa individual para exercer a atividade de produção e comércio de livros digitais em escala, e, para isso constituirá uma empresa com limitação de responsabilidade, devidamente registrada e com patrimônio próprios, sendo que o seu tipo não tem qualquer relação com as regras societárias.

Com base nas disposições do Código Civil, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados são, para todos os efeitos, pessoas jurídicas.

48. O Professor Guilherme das Neves constitui uma sociedade com o Professor Eduardo das Rochas. A atividade tem por objeto a formação de uma pedreira no Alasca para a produção e comércio de artefatos de mármore de forma organizada, profissional e econômica. Ressalte-se, que o sócio das Neves atuará em todas as contratações com fornecedores, já o sócio das Rochas, muito embora tenha ficado responsável pelo registro da sociedade, não levou os atos constitutivos a registro no órgão competente.

De acordo com a disposição do código civil para as sociedades, trata-se de uma sociedade em comum e todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente, porém, o sócio das Neves que contrata com terceiros pela sociedade perde o benefício de ordem dos bens da sociedade sobre seus particulares.

49. Com relação à teoria geral do direito societário e ao conceito, à personificação e à classificação das sociedades, assinale a alternativa correta.

Rosenval, Tashiro, Tanaka e Dudu são sócios de uma sociedade intelectual, sendo certo que, entre os sócios acima mencionados, 2 (dois) deles são relativamente incapazes (Rosenval e Tashiro) e a sociedade não está registrada em nenhum órgão público.

Independentemente da hipótese acima, temos um negócio jurídico plurilateral por meio do qual duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, ajustam entre si a constituição de uma sociedade, que poderá ou não ter personalidade jurídica, já que as pessoas que dele participam se obrigam a contribuir, reciprocamente, com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica.

DIREITO PENAL**Texto-base para os itens 50 a 52**

José, brasileiro, empregado de uma empresa pública federal que possui unidade em Madri (Espanha), exige de Pedro, empresário, a quantia de R\$ 100.000,00 para não criar empecilhos aos interesses de Pedro junto à administração pública. A exigência ocorreu na cidade de Madri, onde José atua, durante um jantar. O particular, apesar da exigência, não realiza o pagamento.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

- 50. Assertiva:** neste caso, José praticou o crime de concussão, em sua forma consumada, ainda que não tenha recebido a vantagem indevida.
- 51. Assertiva:** será aplicável a lei penal brasileira ao caso, ainda que José tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- 52. Assertiva:** se José alegar que se encontrava alterado pelos efeitos do álcool, em razão do excesso na ingestão de vinho durante o jantar, será possível a redução de pena, de um a dois terços.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

- 53.** A introdução da obrigatoriedade de licença para dirigir carros de aplicativos, ceteris paribus, deslocou a curva de oferta para esses serviços para a esquerda e para cima.
- 54.** A curva de demanda é deslocada quando há variação da renda, variação no preço dos bens relacionados e mudanças nas expectativas dos consumidores.
- 55.** Em um mercado de aluguel de casas, haverá excesso de demanda de casas disponíveis para aluguel quando o preço praticado no mercado estiver acima do preço de equilíbrio de mercado.
- 56.** As possíveis explicações para o aumento do preço de um bem incluem o aumento do preço de bem complementar ao bem em questão e o aumento na renda do consumidor.
- 57.** Se a elasticidade-preço cruzada da demanda for positiva, então os bens serão substitutos.
- 58.** A essencialidade de um bem é um dos elementos determinantes da elasticidade preço da demanda. O horizonte temporal também é um desses elementos, pois permite que os consumidores de determinada mercadoria encontrem outras formas de substituí-la, quando seu preço aumenta.
- 59.** A elasticidade-renda mede como o consumo vai se alterar quando a renda variar em 1%, desde que tudo

o mais permaneça constante. Caso seja maior que do zero, diz-se que o produto em análise é superior, e, caso seja inferior a zero, diz-se que o produto é inferior.

- 60.** A função produção de uma firma é dada por $Y = L^2K - L^3$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 10$, julgue o item a seguir.
A produtividade média da firma será igual a $10L - L^2$.
- 61.** Uma isoquanta mostra as diferentes combinações entre insumos que resultam na mesma quantidade produzida no curto prazo.
- 62.** A função produção de uma firma é dada por $Y = L^{35}K - L^4$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 20$, julgue o item a seguir.
A produtividade marginal do trabalho da firma será igual a $120L^2 - 4L^3$.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sobre o MS Word avalie a afirmação abaixo observando o quadro a seguir:

Estratégia Concursos

convida para o casamento dos seus
ilustres colaboradores

Dudu Magro e Rosenvál Dancer

A realizar-se às 9h30min do dia
02/02/2020. Após a cerimônia os
convidados serão recepcionados no
mesmo local.

- 63.** Depois de produzir o convite acima, a Prof. Nádia Carolina resolveu que precisava dar mais visibilidade ao nome dos noivos no convite. Para tal, ela pressionou por 4 vezes, de forma simultânea as teclas "Ctrl + Shift + >" aumentando o tamanho da fonte. Em seguida ela optou por colocar o texto em negrito e itálico, usando respectivamente as teclas "Ctrl + N" e "Ctrl + I". Podemos afirmar que as teclas de atalho utilizada causaram o efeito desejado.

Sobre a pilha de protocolos TCP/IP, julgue o item subsequente.

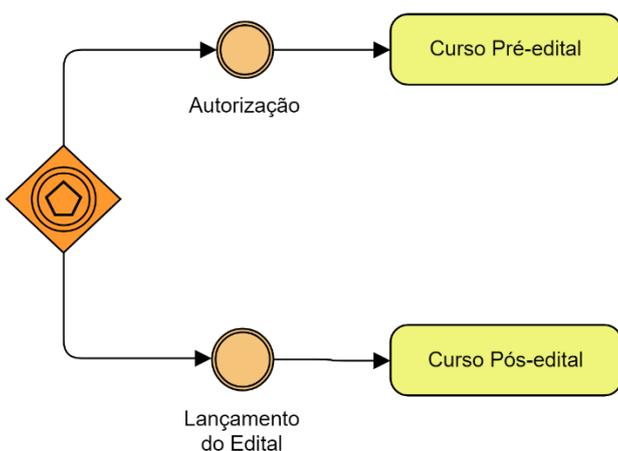
64. IPv6 é a sigla para Internet Protocol version 6. Também conhecido como Ipng (Internet Protocol Next Generation), trata-se da evolução do IPv4. Enquanto o IPv4 é formado por uma combinação de 32 bits, o IPv6 possui o dobro, ou seja, 64 bits.

Julgue o item abaixo a respeito de gerência de projetos.

65. Essa foi mais uma semana de trabalho intenso no Estratégia Concursos. Vale, Dudu e Roserval se desdobraram para realização de 12 webnários e diversas aulas ao vivo. Essas atividades rotineiras/operacionais não atrapalharam a execução do projeto SEFAZ-DF. No planejamento previsto para a semana ficou claro que algumas atividades estavam no caminho crítico. Destas, 4 atividades estavam alocadas para Roserval. Por ter folga zero, qualquer atraso em uma destas atividades atrasará o projeto inteiro.

Processos de negócio podem ser expressos por meio de uma modelagem em vários níveis de detalhe, desde uma visão contextual abstrata até uma visão detalhada. Um modelo de processos de negócio completo normalmente representará diversas perspectivas, servindo a diferentes propósitos. Sobre processo de negócio avalie a afirmativa a seguir.

66. Dudu começou a estudar modelagem de processos para definir um novo processo para o lançamento de cursos no Estratégia Concurso. Ele percebeu de cara que o evento que dá origem a tudo é o lançamento do edital. Contudo, outras sinalizações podem ensejar a criação de cursos pré-editais. Dudu começou a construção de um diagrama procurando evidenciar essa característica. No diagrama abaixo temos um gateway exclusivo pois só poderemos lançar cursos se tivermos autorização ou se tivermos o lançamento do edital.



“Atualmente, é praticamente impossível que organizações consigam se manter no mercado sem um sistema automatizado. Com o aumento da importância da TI dentro das empresas, maior é a necessidade da presença de uma equipe Service Desk.”

67. Ao ler a notícia acima, o sempre entusiasmado Prof. Ricardo Vale decidiu que o Estratégia deveria possuir um Service Desk com tecnologia de ponta. Essa função será composta por uma equipe dedicada que será o ponto único de contato para os usuários de tecnologia da informação (alunos, professores, equipes internas). O Service Desk ficará responsável por tratar incidentes, requisições e dúvidas de usuários, bem como será a interface para outras atividades, como a comunicação durante mudanças em serviços ou serviços novos liberados no ambiente de produção, manutenção de contratos, administração de licenças de software etc. Esse conceito de Service Desk está de acordo com os preceitos especificados pela ITIL v.3.

Sobre banco de dados, julgue o item a seguir:

68. Na construção de um modelo de dados, a equipe de Tecnologia da Informação do Estratégia Concursos observou a existência de diversas tabelas. Entre elas estão as tabelas alunos e pacotes. Pela regra da assinatura ilimitada um aluno pode ter uma “prateleira” com até 3 cursos ou pacotes. Cada prateleira está associada a um aluno num relacionamento 1-1. Já os pacotes estão associados as prateleiras num relacionamento de 1-N.

Sobre plano de continuidade de negócios julgue o item a seguir:

69. Uma preocupação permanente em qualquer empresa digital é manter seu site sempre disponível com uma qualidade excelente. Mas todos passam por problemas, e neste cenário surge o plano de continuidade de negócio. O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) é o processo de gestão da capacidade de uma organização de conseguir manter um nível de funcionamento adequado até o retorno à situação normal, após a ocorrência de incidentes e interrupções de negócios críticos.

Sobre auditoria julgue o item abaixo

70. Um programa de auditoria é um processo sistemático, documentado e independente para obter evidências de auditoria (fatos) e avaliá-las objetivamente para determinar a extensão na qual os critérios da auditoria (políticas e procedimentos) são atendidos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

71. Da Rocha aplicou R\$ 20.000 em uma instituição financeira pelo prazo de 3 meses consecutivos. A taxa de juros compostos dessa aplicação foi de 5% ao mês durante os dois primeiros meses e de 10% ao mês no terceiro mês. Nessa situação, Da Rocha, ao final do terceiro mês, recebeu de juros menos de R\$ 4.200,00.

72. No caso de dois projetos com o mesmo investimento inicial e o mesmo prazo, sob uma mesma taxa de desconto, o menor VPL será daquele que tiver maiores recebimentos a cada período.

73. Considerando que um título de valor nominal de R\$ 2.500,00 será resgatado 6 meses antes do seu vencimento e, na operação, será usado o desconto comercial simples, julgue o item subsequente.

Se, na operação em questão, forem estabelecidas taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês e a cobrança de uma taxa de 3% incidente sobre o valor nominal, então o valor líquido liberado será inferior a R\$ 2.000,00.

ESTATÍSTICA

Considerando que um estudo a respeito da saúde dos Auditores Fiscais na SEFAZ-DF tenha mostrado que, se $A =$ "o Auditor Fiscal não apresenta depressão" e $B =$ "o auditor fiscal dorme bem", então $P(A) = 0,9$ e $P(B) = 0,6$, julgue os itens a partir dessas informações.

74. Os eventos A e B não são mutuamente excludentes e $0,5 \leq P(A \cap B) \leq 0,6$.

75. Se os eventos A e B forem independentes, então $P(A \cap B) = 0$.

Com relação à Teoria da Amostragem, julgue o item a seguir.

76. Ricardo Vale encomendou uma pesquisa entre os alunos do Estratégia. Ele recomendou que a população de alunos fosse dividida em conjuntos disjuntos de acordo com intervalos de idade e que fossem realizadas amostras aleatórias simples em cada um desses conjuntos. Esse tipo de amostragem é denominado Amostragem por Conglomerados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

77. Uma festa de fim de ano será organizada na SEFAZ-DF e um total de 10 panettones iguais serão distribuídos para até 4 auditores de modo que cada um deles receba pelo menos 1 panettone. Nesse caso, há menos de 100 maneiras distintas de se distribuírem os 10 panettones.

78. Em um grupo de 30 auditores da SEFAZ-DF, 10 são mulheres e 20 são homens. A quantidade de maneiras distintas de se selecionar 5 auditores desse grupo de forma que 4 sejam mulheres é inferior a 4.000.

79. Se a proposição "João é sonegador de impostos" for verdadeira, então também será verdadeira a proposição "Se João não é sonegador de impostos, então não me chamo Brunno Lima".

80. Se P , Q , R e S forem proposições simples, então são equivalentes as proposições $[P \vee (\neg Q)] \rightarrow (R \wedge S)$ e $[S \rightarrow (\neg R)] \rightarrow [(\neg P) \wedge Q]$.

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

TEXTO I

As normas brasileiras de auditoria tratam dos riscos do trabalho e os diferenciam em relação aos trabalhos de asseguaração razoável e de asseguaração limitada, existindo diferentes impactos no relatório de auditoria. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir, de acordo com as normas vigentes.

81. No trabalho de asseguaração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que seja aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é menor do que para um trabalho de asseguaração limitada.

82. A impossibilidade de obter evidências apropriadas e suficientes para formar uma conclusão de asseguaração razoável é razão aceitável para alterar o trabalho de asseguaração razoável para um trabalho de asseguaração limitada.

83. Opinião não modificada no trabalho de asseguaração razoável deve ser mantida se as circunstâncias impedem que o auditor independente obtenha as evidências necessárias para reduzir os riscos de trabalho ao nível apropriado.

84. Se a administração impõe uma restrição que impede o auditor de obter as evidências necessárias para reduzir o risco no trabalho de asseguaração razoável ao nível apropriado, deve ser emitida uma opinião não modificada no relatório de auditoria.

85. No trabalho de asseguaração razoável, a conclusão do auditor é expressa na forma positiva para transmitir a sua opinião sobre o resultado da avaliação do objeto, diferentemente do que ocorre no trabalho de asseguaração limitada.

TEXTO II

A NBC TA 200 (R1) apresenta vários termos e com seus respectivos significados. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir, de acordo com as normas vigentes.

86. A conclusão do auditor deve restringir-se à obtenção de evidência de auditoria apropriada.

- 87.** As normas de auditoria independente exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha o ceticismo profissional ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria. O ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria. O ceticismo profissional inclui estar alerta, por exemplo, a evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas e a necessidade de afastar todos os riscos de auditoria.
- 88.** O planejamento da auditoria deve considerar os riscos da auditoria, que representa a possibilidade de o profissional emitir uma opinião tecnicamente inadequada. Em relação à classificação do risco de auditoria, podemos afirmar que o risco inerente é a possibilidade de o erro acontecer em face de não existir controle. Já o risco de controle é a possibilidade de o erro não ser detectado pelo auditor e o risco de detecção é a possibilidade de o erro acontecer e não ser detectado, em face das limitações dos controles existentes.
- 89.** Entende-se por risco inerente a percepção de possibilidade de ocorrência de erros ou irregularidades relevantes, mesmo antes de se conhecer e avaliar a eficácia do sistema de controles da empresa. Risco de detecção é o risco de não serem descobertos erros ou irregularidades relevantes durante a aplicação dos procedimentos de auditoria e risco de controle é o risco de não haver um bom sistema de controles internos que previna ou detecte, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes.
- 90.** Asseguração razoável é um nível elevado de segurança, porém não é um nível absoluto porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião é conclusiva.
- 91.** Nas decisões sobre extração de conclusões baseadas nas evidências de auditoria obtidas, por exemplo, pela avaliação da razoabilidade das estimativas feitas pela administração na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário o julgamento profissional.
- 92.** Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor, segundo a NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, são: apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis com segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de fraudes e erros, e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.

- 93.** A opinião do auditor independente deve ser baseada em dados e testes que mostrem até mesmo superficialmente as circunstâncias, que afetam as demonstrações contábeis, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- 94.** Durante os trabalhos, um auditor independente concluiu que não seria possível obter segurança razoável, bem como que uma opinião com ressalva no relatório seria insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos nas demonstrações contábeis. Nesse caso, a NBC TA 200 requer que ele interrompa os trabalhos e faça um novo planejamento da auditoria.
- 95.** As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança, sendo que as NBCs TA impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança, mas se sobrepõem às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades.

TEXTO III

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Com base na NBC TI 01, julgue os itens a seguir.

- 96.** A atividade da Auditoria Interna está estruturada em métodos e técnicas, com enfoque contábil, normativo e operacional, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.
- 97.** A Auditoria Interna é exercida nas pessoas físicas e jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- 98.** Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Eles devem ter abrangência e grau de detalhe adequados para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

99. A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de execução dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Nesse sentido, devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos: a) a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos da Auditoria Interna, a serem aplicados, considerando o volume ou a complexidade das transações e das operações; b) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

100. Os testes de observância visam à obtenção de segurança absoluta de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

CONTABILIDADE GERAL

101. As contas redutoras ou retificadoras apresentam saldo de natureza contrária ao grupo em que são apresentadas. Um exemplo de conta redutora é a conta duplicatas descontadas que apresenta natureza credora e reduz o saldo da conta duplicatas a receber, de natureza devedora.

102. Segundo a legislação societária, as contas registradas no Ativo Não Circulante devem ser ajustadas a valor presente. As contas do Ativo Circulante, por sua vez, apenas são ajustadas a valor presente se os efeitos forem relevantes.

103. Segundo o CPC 16, o nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade.

104. A companhia Alfa controla diretamente as companhias Bravo e Charlie. Considere que Bravo detenha 1% do capital social de Charlie. Nesse caso, a companhia Bravo mesmo possuindo apenas 1% do capital social de Charlie, deverá ter seu investimento em Charlie avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

105. Em 31/12/20X2, a empresa Bravo adquiriu um ativo imobilizado por R\$ 200.000,00 à vista. Na data da aquisição, a vida útil econômica estimada desse ativo era de 5 anos e o valor residual era R\$ 50.000,00. Em 01/01/20X4, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente do ativo para 8 anos e valor residual para R\$ 0,00 (zero). Considerando essas informações, pode-se afirmar que o valor contábil apresentado pela empresa Bravo, no Balanço Patrimonial de 31/12/20x4, foi menor que R\$ 150.000,00.

106. A empresa Oscar adquiriu, em 10/01/2019, um ativo intangível por R\$ 100.000,00 à vista, incorrendo em gastos de R\$ 5.000,00 para registro desse ativo intangível. Na data da aquisição, a empresa Oscar estimou que a vida útil do ativo intangível era indefinida.

Em 31/12/2019, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (impairment), a empresa Oscar obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R\$ 102.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 95.000,00.

Após análise do teste de recuperabilidade aplicado, a empresa Oscar deverá reconhecer uma perda de R\$ 10.000,00.

107. Em 01/01/20X1, a empresa Constructo Ltda. adquiriu uma máquina por meio de arrendamento mercantil financeiro. A máquina será paga em 5 prestações anuais, iguais e consecutivas de R\$ 10.000 cada, vencendo a primeira em 31/12/20X1. Na data da aquisição o valor justo era R\$ 48.000 e o valor presente das prestações era R\$ 45.000. A taxa efetiva de juros da operação foi de 5% ao ano e a empresa pretende ficar com o bem no final do contrato. De posse dessas informações, pode-se afirmar que a empresa Constructo Ltda. reconheceu em 20X1 uma despesa financeira maior que R\$ 2.300,00.

108. Em janeiro de 20X1, a empresa Tango Tec Ltda. iniciou o desenvolvimento de um novo produto. Para tanto, incorreu em gastos até o mês de maio no valor de R\$ 100.000,00. A partir do mês de junho, os critérios para reconhecimento de ativos intangíveis foram identificados pela empresa. Em 31/12/20X1, os gastos com o desenvolvimento do produto totalizaram R\$ 230.000,00. A empresa estima que o valor residual, ao final da vida útil prevista para o projeto, será de R\$ 50.000,00. O valor a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/20X1, para a conta intangíveis é maior que R\$ 100.000,00.

109. A Cia. Endividada S.A. obteve, em 01/12/20X1, um empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00 para pagamento integral (principal e juros) em 30/11/20X2 e taxa de juros compostos de 8% ao ano. Os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 50.000,00. Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado, ao reconhecer este empréstimo obtido, em 01/12/20X1, a Cia. Ametista S.A. aumentou o seu passivo total em R\$ 950.000,00.

Contas da DRE	Valores (em R\$)
Receita bruta de vendas	734.500
Tributos sobre vendas	(232.400)
Custo da mercadoria vendida	(123.600)
Despesas com vendas	(43.000)
Despesas administrativas	(13.700)
Receita de equivalência patrimonial	131.500
Receitas financeiras	5.000

Considerando as informações acima, extraídas da demonstração do resultado ao final do exercício social de determinada empresa comercial e sabendo que a tributação sobre o lucro represente 25% do lucro contábil da empresa, julgue o item subsequente.

110. O valor do tributo será superior a R\$ 115.000,00.

111. Na demonstração dos fluxos de caixa, cada transação deve ser classificada em apenas um único fluxo de caixa (operacional, investimento e financiamento). Tal pressuposto se justifica, tendo em vista a qualidade da evidenciação das informações contábeis.

112. A empresa Rolando Tudo S.A., fabricante de rolamentos, dá garantias no momento da venda para os seus clientes. Segundo os termos contratuais, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de dois anos desde a data da venda. Conforme a experiência passada, é provável que haverá algumas reclamações dentro das garantias. Nesse sentido, a empresa deverá reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

113. A tabela a seguir mostra os custos realizados, no período X0, por determinada empresa industrial que fabrica apenas um tipo de produto.

Custo	Valor (em R\$)
salários do pessoal da fábrica	60.000
materiais utilizados na produção	8.000
embalagens do produto fabricado	10.000
seguro do prédio da fábrica	3.000
manutenção do prédio da fábrica	10.000
matéria-prima consumida	240.000
depreciação dos equipamentos da fábrica	10.000

Sabendo que essa empresa utiliza o custeio por absorção, sendo o objeto de custeio o produto fabricado, tomando-se como base as informações acima, pode-se afirmar que os custos indiretos de fabricação somaram R\$ 33.000,00.

114. No sistema de custos, o método de custeio refere-se ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto custeado. Nesse sentido, no método de custeio variável ou direto somente os custos variáveis são apropriados aos produtos sendo que os custos fixos são apropriados como despesa no resultado do exercício.

115. Considere as informações abaixo extraídas de uma determinada empresa industrial

Volume de Produção
Orçado: 2.000 horas
Real: 1.600 horas

Custos Indiretos de Produção Fixos
Orçado: R\$ 6.000.000,00
Real: R\$ 8.000.000,00

No que se refere à taxa de aplicação de custos indiretos de produção nessa empresa e à análise de suas variações, pode-se afirmar que a variação total de custos indiretos de produção é R\$ 3.200.000,00.

DIREITO FINANCEIRO

Julgue os itens a seguir de acordo com o Direito financeiro na Constituição Federal de 1988, os princípios orçamentários e a fiscalização financeira e orçamentária.

116. No momento da tramitação do projeto de lei do orçamento nas casas legislativas, emendas podem ser apresentadas pelos parlamentares, de acordo com o previsto na Constituição Federal. São emendas ao orçamento que podem ser aprovadas as que corrijam erros e omissões.

117. A lei orçamentária anual deve, sem dúvidas, por meio de um orçamento apenas, ser um retrato geral das finanças públicas de um ente, autorizando-se o Poder Legislativo a exercer o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Poder Executivo. Trata-se do princípio orçamentário da responsabilidade fiscal.

118. Na União, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. No Distrito Federal, o controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Julgue os itens a seguir consoante as classificações da receita e despesa públicas e a Lei 4.320/1964.

- 119.** Os recursos financeiros oriundos da venda de um prédio público a um particular são classificados como receitas patrimoniais.
- 120.** Suponha que a sede de uma Secretaria do Distrito Federal esteja situada em um imóvel alugado de um particular. Para "sair do aluguel", a aquisição desse mesmo imóvel pelo Governo do Distrito Federal pressupõe a alocação de uma dotação orçamentária classificada entre as inversões financeiras.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 121.** O Simples Nacional será gerido também pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, competindo a este regulamentar a opção, exclusão, tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, dívida ativa, recolhimento dos tributos incluídos no Simples Nacional.
- 122.** Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
- 123.** O Sr. João apresentou a declaração de débitos referente ao ICMS, tributo lançado por homologação, nos períodos de apuração referente ao ano-calendário 2018. Porém, não efetuou tempestivamente qualquer pagamento do referido imposto. Caso João procure o Fisco para retificar suas declarações e efetuar o pagamento do ICMS devido, haverá a exclusão das multas porventura incidentes, tendo em vista o instituto da denúncia espontânea.
- 124.** As taxas podem ser instituídas por qualquer ente federativo, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- 125.** Em relação ao ICMS, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.
- 126.** A autoridade administrativa poderá desfazer atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- 127.** As circunstâncias que modificam o crédito tributário não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

- 128.** A competência tributária residual se resume na instituição de impostos pela União que, a princípio seriam de competência de outro ente federativo, mas que não foram por este instituídos.
- 129.** A moratória pode, excepcionalmente, abranger créditos que ainda não foram definitivamente constituídos à data da lei concessiva do benefício.
- 130.** Decreto do Presidente da República editado em 20/05/2019, majorando as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, pode produzir efeitos sobre fatos geradores ocorridos dentro do exercício de 2019.
- 131.** A taxa de juros de mora incidente na repetição de indébito de tributos estaduais deve corresponder à utilizada para cobrança do tributo pago em atraso, sendo legítima a incidência da taxa Selic, em ambas as hipóteses, quando prevista na legislação local, vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.
- 132.** O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho, podendo a lei, na falência, estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- 133.** Entende o STF que a imunidade recíproca alcança empresas públicas prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas, desde que a atividade seja explorada mediante regime de monopólio.
- 134.** Cabe à lei complementar federal fixar as alíquotas do ISS a serem utilizadas pelos Municípios, como uma forma de padronização.
- 135.** O Código Tributário Nacional estabeleceu a prevalência dos tratados internacionais versando sobre direito tributário sobre as normas internas.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ICMS)

Dia 01/09/2019, Dimulé, residente em Brasília, fechou contrato de importação equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de \$ 1.000 (mil dólares). Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou no porto em 10/09/2019 e foi entregue ao destinatário em 15/09/2019. Por autorização da legislação o desembaraço se deu apenas no dia 29/09/2019.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso as taxas eram:

01/09/2019 – R\$ 3,50

10/09/2019 – R\$ 3,23

15/09/2019 – R\$ 3,40

29/09/2019 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota de 18% de ICMS, de acordo com as informações acima julgue as questões 136 e 137 abaixo:

136. O ICMS é devido ao Distrito Federal no momento do desembaraço aduaneiro.

137. O ICMS devido na operação de importação é de R\$ 1.042,68.

138. A empresa FALEX decidiu encerrar suas atividades, porém na data de encerramento de suas atividades possuía R\$ 100.000 em mercadorias com margem de valor agregado de 30% devido na legislação que normalmente seriam vendidas por R\$ 120.000 caso o estabelecimento não tivesse encerrado suas atividades. Considerando uma alíquota de 18% o débito de ICMS relativo a essas mercadorias por ocasião do encerramento é de R\$ 21.600.

139. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais depende exclusivamente de convênio celebrado entre os entes envolvidos.

140. Determinada indústria de brinquedos fabricou 100 bonecos para exportar para a Rússia, encaminhando os bonecos da fábrica para uma trading. Para levar os bonecos até o porto contratou a transportadora QUEBRATUDO. Nessa situação não incide ICMS sobre o transporte e tampouco sobre a saída da fábrica para a trading.

141. Aquele que não efetivar a exportação prevista de mercadoria responde solidariamente pelo pagamento do ICMS e dos demais acréscimos devidos, exceto em situações de perda da mercadoria uma vez que se trata de situação não prevista e involuntária.

142. Não dão direito a crédito, ainda que vinculados aos objetivos sociais da empresa, os artigos de lazer, decoração e embelezamento.

143. Determinado contribuinte adquiriu R\$ 1.000 em mercadorias sob alíquota de 18%. Na nota fiscal da operação, por erro, o remetente destacou ICMS no valor de R\$ 200. Nessa situação o destinatário deverá se creditar do valor correto (R\$180) e enviar carta de correção visada pela repartição fiscal, com Aviso de Recebimento (AR), comunicando a irregularidade dentro de 30 dias da entrada da mercadoria uma vez que o contribuinte deve, antes de escriturar o crédito, verificar a exatidão do imposto destacado no documento fiscal relativo à entrada no estabelecimento.

144. A base de cálculo do IPVA incidente sobre veículos novos será reduzida de 1/12 por mês a transcorrer do ano.

145. De acordo com a lei 7.431/85 são isentos os veículos pertencentes às missões diplomáticas e aos membros do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro sob condições de reciprocidade no país sede da missão considerada.

Considere a seguinte situação hipotética para responder as questões 146, 147 e 148.

Dimulé e Dona Maria, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, ambos residentes no Distrito Federal, constituíram um patrimônio ao longo de 10 anos de casamento, composto dos seguintes bens adquiridos onerosamente na constância do casamento:

- Casa em Brasília/DF, registrado somente em nome de Dimulé, no valor de R\$ 2.000.000,00
- Apartamento em Ceilândia/DF, no valor de R\$ 700.000,00
- Automóvel, no valor de 150.000,00
- Aplicações financeiras, no valor de R\$ 150.000,00

Com o passar dos anos e as “travessuras” de Dimulé, Dona Maria ficou “cansada” de conviver com a situação e exigiu a separação.

Por ocasião da divisão dos bens, Dimulé ficou com a casa em Brasília e com o automóvel. Dona Maria, por sua vez, ficou com o apartamento e com as aplicações financeiras.

Com base nessas informações, julgue os seguintes itens:

146. Incidirá o ITCD sobre o excesso de quinhão em favor de Dona Maria, cujo valor monta em R\$ 350.000,00.

147. Incidirá o ITCD sobre o excesso de quinhão em favor de Dimulé, cujo valor monta em R\$ 650.000,00, afinal a casa também é considerada bem comum do casal, ainda que registrada apenas em nome de Dimulé.

148. Incidirá o ITCD sobre o excesso de quinhão em favor de Dimulé, cujo valor monta em R\$ 1.300.000,00, afinal a casa também é considerada bem comum do casal, ainda que registrada apenas em nome de Dimulé.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ISS)

149. De acordo com a legislação do Distrito Federal, análise e julgue a seguinte situação:

João é proprietário de imóvel localizado no Distrito Federal com área total de dois hectares, destinada ao seu lazer e de sua família. Para fins de viabilizar essa destinação, João, com recursos próprios, construiu sistemas de esgoto sanitário, de canalização e abastecimento de água, os quais, inclusive, ainda hoje, são por ele mantidos. João não é contribuinte do IPTU em relação a este imóvel.

150. De acordo com o Regulamento do IPTU no Distrito Federal (Decreto nº 28.445, de 2007), para fins de aplicação da alíquota de 3%, o imóvel portador de carta de habite-se expedida a partir de 1997 e o imóvel objeto de declaração espontânea de área construída serão considerados não edificados quando o valor da construção não alcançar 10% do valor venal do terreno.

151. De acordo com a legislação relativa ao ITBI no Distrito Federal (Lei nº 3.830, de 2006, e o Regulamento do ITBI).

Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 anos anteriores e nos 2 anos posteriores à aquisição, decorrerem de atividades de compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil, desde que a pessoa jurídica esteja em atividades há menos de 2 anos.

152. De acordo com a legislação relativa ao ITBI no Distrito Federal (Lei nº 3.830, de 2006, e o Regulamento do ITBI).

Os oficiais dos Cartórios de Registro de Imóvel e seus substitutos, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício estão desobrigados do cumprimento de obrigações acessórias previstas no Regulamento do ITBI quando a transmissão de bens imóveis e respectivos direitos for para compor o patrimônio das Administrações Diretas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

153. A empresa "Serviços Diversos de Construção Ltda", com sede no Município de Goiânia, foi contratada, em 2019, pela empresa "Gerenciando Terceiros Ltda", situada em Aparecida de Goiânia, para prestar serviços diversos, dentre os quais o de engenharia consultiva, incluindo a elaboração de estudos técnicos e de projetos executivos, bem como o gerenciamento de obra. A obra objeto do contrato firmado localiza-se no Distrito Federal. Segundo entendimento jurisprudencial do

Superior Tribunal de Justiça, o ISS incidente sobre esse contrato de prestação de serviços será devido, ora para Goiânia, ora para o Distrito Federal, a depender do serviço prestado.

154. Com base no Regulamento do ISS do Distrito Federal – RISS (Decreto nº 25.508, de 2005), são isentos do ISS os profissionais autônomos, como por exemplo, fotógrafos e guias de turismo que não tenham formação profissional de nível superior ou médio.

155. De acordo com o Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), o regime de retenção do ISS adotado não exclui a responsabilidade solidária do prestador pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária respectiva, na hipótese de não retenção ou retenção a menor do imposto devido.

156. Com relação à Inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, não se pode afirmar que a FAC (Ficha de Alteração Cadastral), quando apresentada por meio do Serviço Interativo de Atendimento Virtual - Agênci@Net, prescinde, em todos os casos, de assinatura do responsável pela escrita fiscal, do contribuinte ou de seu representante legal.

157. Em relação à Contribuição de Melhoria, de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, do Distrito Federal, analise a assertiva a seguir:

A Contribuição de Melhoria é devida em face de melhoramentos como a retificação e regularização de curso d'água, instalação de esgotos pluviais e sanitários, canalização de água potável e instalação de rede elétrica, abertura ou alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes e viadutos, aterros e obras de embelezamento em geral.

158. A empresa de pequeno porte "Vou ser Auditor da SEFAZ-DF Ltda", localizada no Distrito Federal, em suas atividades comerciais, consome energia elétrica mensal de 700 kWh (setecentos quilovats-hora). De acordo com a legislação distrital, a empresa pagará pelo consumo considerando-se o valor fixado na faixa 401 kWh (quatrocentos e um quilovats-hora) a 500 kWh (quinhentos quilovats-hora) para referidas atividades.

159. A embaixada dos Estados Unidos, localizada no Distrito Federal, ocupa imóvel de terceiros para fins de exercício de suas atividades, figurando-se como locatário do imóvel. Tendo em vista que a legislação da Taxa de Limpeza Pública (TLP) determina como contribuinte o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, pode-se afirmar que a embaixada deverá pagar a TLP na condição de possuidor a qualquer título.

160. A “Amigos da rua”, sociedade sem fins lucrativos localizada no Distrito Federal, cujo escopo é a assistência social das pessoas em situação de rua, obteve no ano de 2019 isenção da TLP para os imóveis de sua propriedade, uma vez que ficou comprovado o atendimento das condições previstas na legislação para este fim. Considerando o que dispõe a legislação acerca da Taxa de Limpeza Pública, não se pode afirmar que a isenção da taxa será automaticamente renovada para os anos seguintes.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-Cespe-12-10>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE